

A crise económica da COVID-19

Factos e perspectivas, Desafios e respostas

CADERNO DE NOTAS

8 maio 2020

Supervisão e direção científica Augusto Mateus

A crise económica difunde-se e alarga-se com uma complexidade crescente

O segundo caderno é lançado num momento em que após seis semanas de confinamento das pessoas e de encerramento forçado ou provocado de empresas e organizações, se inicia em Portugal e na generalidade dos outros países, um processo de levantamento parcial e progressivo das medidas de isolamento social e de restrição de movimentos e atividades, adotadas para travar e limitar a propagação da pandemia COVID-19.

A produção de um instrumento de informação e análise e de reflexão e avaliação mantem-se como objetivo central desta série de cadernos, procurando apresentar, sistematizar e ajudar a interpretar quer os principais sinais e indicadores disponíveis sobre a evolução das variáveis mais relevantes, quer as iniciativas, medidas e propostas de ação mais significativas.

A lenta e limitada desmontagem do confinamento em curso surge, com clareza, como uma tentativa de articulação possível entre a melhoria dos indicadores relativos à crise de saúde pública e a degradação dos indicadores relativos à crise económica e social.

A emergência de saúde pública persiste, com a prioridade que a ameaça da vida determina, mas já é confrontada, abertamente e por todos, com os enormes custos económicos e sociais que vai implicando. Daqui resulta uma grande diversidade de posições no plano individual, empresarial, social e político nas várias escalas de decisão que nos implicam.

A crise económica em desenvolvimento vai configurando, ainda, um desafio de plena perceção, quer da verdadeira dimensão dos seus impactos negativos, quer da verdadeira duração dos movimentos e processos de destruição e posterior recuperação.

Este desafio, que compreensivelmente tem comportado alguma dificuldade na aceitação dos contornos mais preocupantes da realidade, já conduziu ao reconhecimento de que estamos não só perante a maior depressão económica de sempre, como, também, perante uma disrupção económica e social com uma duração relativamente longa e perspectivas de plena recuperação ainda mais longas.

A desmontagem do confinamento em curso, onde importa garantir os cuidados necessários para não retroceder nos esforços de controlo da pandemia COVID-19, coloca, agora, duas questões centrais na construção de respostas eficazes no enfrentamento de uma crise económica ainda em agravamento e generalização.

A primeira corresponde a um perfil de muito forte assimetria na manifestação dos seus impactos negativos, seja no plano pessoal, seja no plano das condições perante o trabalho, seja no plano da sobrevivência empresarial, seja no plano da produção e do consumo de bens e serviços, seja no plano do acesso aos rendimentos, seja no plano dos territórios, das regiões aos países, seja, no coração da economia, no plano das condições de encontro entre oferta e procura.

A segunda corresponde à necessidade de respostas multifacetadas, transversais e ancoradas em múltiplos instrumentos diversificados, que as referidas assimetrias pressionam e exigem, apesar da popularidade inicial do recurso a “armas” genéricas e pesadas, associadas a envelopes financeiros globais, que ainda perdura de certo modo, numa analogia com situações de guerra.

Este caderno valoriza, por isso mesmo, o tratamento dessas assimetrias e dessas respostas.

Factos e perspetivas

Um avolumar dos efeitos depressivos num quadro de profundas assimetrias económicas, sociais e territoriais

O início do processo de desmontagem do confinamento coincide com a divulgação de um conjunto de indicadores avançados de atividade, bem como das contas nacionais relativas ao primeiro trimestre de 2020, à escala nacional e à escala europeia que são sistematizados no presente caderno.

Queda relevante do PIB no primeiro trimestre

As perspetivas abertas por estes resultados configuram um impacto no PIB já relevante no primeiro trimestre que se aprofundará no segundo trimestre de forma muito significativa.

As perspetivas para o conjunto do ano de 2020 ainda comportam uma grande margem de incerteza que conduz, em nossa opinião, a uma razoável subestimação da depressão económica que vai avançando em toda a economia mundial, que, por enquanto, é convencionalmente estimada na vizinhança inferior dos -10%, mas que tem uma elevada probabilidade de se vir a situar com clareza na zona dos dois dígitos.

Fortes assimetrias dos efeitos entre as atividades económicas

O traço essencial que resulta do conjunto de informação credível produzida e divulgada desde a publicação do primeiro caderno de notas é o da crescente e progressiva afirmação de assimetrias muito fortes no comportamento das principais variáveis económicas.

A análise da evolução das grandes dinâmicas da oferta e da procura, da produção e do consumo, seja ao nível das empresas e dos setores de atividade, seja ao nível das famílias e dos territórios, destaca a afirmação de mecanismos de transmissão da crise económica que se revelam profundamente assimétricos.

O aspeto qualitativo mais relevante nestas assimetrias é o de elas serem novas e muito diferentes daquelas que concentravam as preocupações relativas às desigualdades implícitas no modelo de crescimento interrompido pela pandemia da COVID-19.

As análises incluídas no presente caderno revelam com bastante clareza que as atividades mais internacionalizadas, das viagens e turismo às exportações inseridas nas cadeias globais de produção mais desestabilizadas, que as duas áreas metropolitanas e as respetivas áreas de difusão industrial e logística, e os consumos mais distintivos e sofisticados, foram os mais intensamente atingidos pelos efeitos da crise económica da COVID-19.

O alargamento das assimetrias foi, neste desenrolar inicial da crise económica, também potenciado pelo desempenho contrastado muito positivo das atividades mais associadas ao modelo de consumo do confinamento, do comércio de proximidade de bens alimentares ao comércio eletrónico de equipamentos pessoais e domésticos.

A crise económica da COVID-19 tem vindo a sobrepor um “fluxo” de novas e fortes assimetrias sobre um “stock” de velhas assimetrias e desigualdades económicas, sociais e territoriais que importa compreender e valorizar.

Num momento em que, por exemplo, algumas das maiores e mais relevantes empresas de transportes aéreos europeias revelam perdas de grande dimensão, não seria admissível pensar e agir como se a dimensão empresarial, por si só, constituísse um critério muito relevante para a avaliação das prioridades a considerar.

No mesmo sentido, é avisado relevar a importância que as assimetrias e desigualdades anteriores acumuladas representam na diminuição da capacidade de resposta e recuperação das pessoas, das empresas e dos territórios perante os impactos da crise económica da COVID-19.

A evolução do contexto macroeconómico internacional

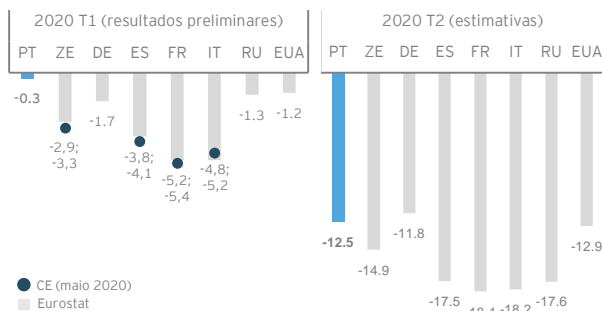
Apesar da magnitude e da duração total do impacto da COVID-19 na economia continuarem incertas, as estimativas já existentes apontam para uma redução da atividade muito significativa no setor dos serviços e para que as medidas de restrição iniciadas em março tenham contribuído para uma quebra acentuada do PIB nos EUA e na Europa no conjunto do primeiro trimestre de 2020.

A Comissão Europeia (CE)¹ estima uma quebra homóloga do PIB português de 0,3% no primeiro trimestre (1ºT) e de 12,5% no segundo trimestre (2ºT), abaixo da média europeia. As estimativas da CE apontam para uma contração de 2,9% na Zona Euro (ZE) no 1ºT (abaixo dos 3,3% divulgados pelo Eurostat) e de 14,9% no 2ºT. As projeções já divulgadas antevêm que em Espanha, Itália e França, países com uma grande incidência do vírus, a quebra do PIB no 1ºT e no 2ºT supere significativamente a média europeia. Em termos anuais, a CE antecipa uma recessão de 6,8% em Portugal em 2020, abaixo dos 8% avançados pelo FMI em abril. Para a ZE é estimada uma contração de 7,7% em 2020, acima dos 6,5% avançados para os EUA. Em Espanha e Itália a contração anual estimada supera os 9%. Nos EUA, o BEA² estima um declínio do PIB de 4,8%³ no 1ºT, o que coloca fim ao período mais longo de expansão da história do país.

As restrições à atividade económica provocadas pela COVID-19 têm impactado de forma particularmente

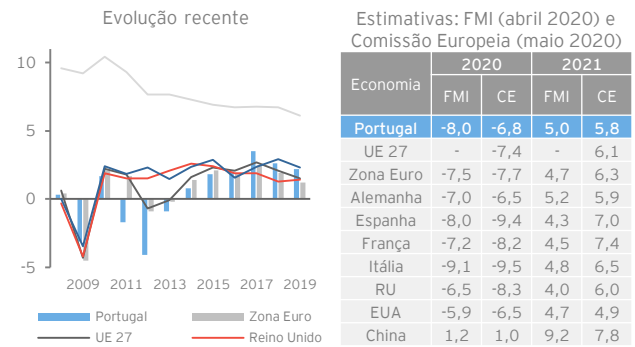
severa as atividades do setor dos serviços como a indústria hoteleira, a restauração, as viagens e o turismo. As estimativas preliminares do PMI⁴ de abril para os serviços da Markit, apontam para a maior redução de atividade alguma vez registada⁵ nas diferentes economias analisadas. A queda dos serviços nos EUA, apesar de muito significativa, situou-se abaixo da registada na ZE (e em economias como a Alemanha e França) e no Reino Unido, beneficiando de medidas de mitigação do vírus menos restritivas do que na Europa e da continuidade dos voos domésticos. As restrições tanto do lado da oferta como da procura também têm afetado de forma considerável a indústria transformadora. Nos EUA e na Zona Euro (assim como na Alemanha) o PMI de abril para a indústria transformadora da Markit registou o maior declínio desde 2009. Em França e no Reino Unido, o indicador da Markit para a indústria, tal como o dos serviços, registou em abril o maior declínio desde o início da sua série⁶.

Taxa de crescimento homóloga do PIB trimestral (em %)⁷



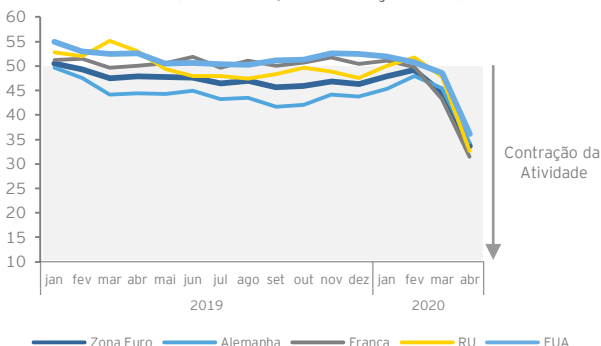
Fonte: EY-Parthenon, com base em Eurostat e European Economic Forecast (maio 2020), Comissão Europeia

Taxa de crescimento homóloga do PIB anual (em %)



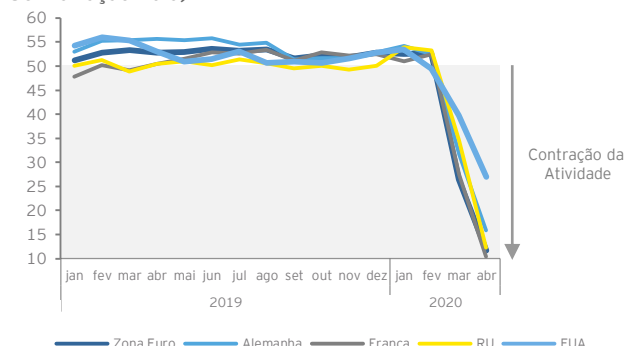
Fonte: EY-Parthenon, com base em Eurostat, World Economic Outlook (abril 2020), FMI e European Economic Forecast (maio 2020), Comissão Europeia

Índice de Gestores de Compras (PMI) da Indústria Transformadora (em índice, 50=variação nula)



Fonte: EY-Parthenon, com base em Markit Economics e Markit/CIPS (divulgação entre 23/04/2020 e 01/05/2020)

Índice de Gestores de Compras (PMI) dos Serviços (em índice, 50=variação nula)



Fonte: EY-Parthenon, com base em Markit Economics e Markit/CIPS (divulgação entre 23/04/2020 e 01/05/2020)

A evolução do contexto macroeconómico em Portugal

Estimativas do INE confirmam que as restrições à atividade económica iniciadas a meados de março se traduziram em quebras na indústria e no comércio que se aproximam das registadas na última crise económica. Os impactos da contração da atividade económica também já são visíveis no desemprego. A confiança dos consumidores e das empresas atingiu mínimos em abril.

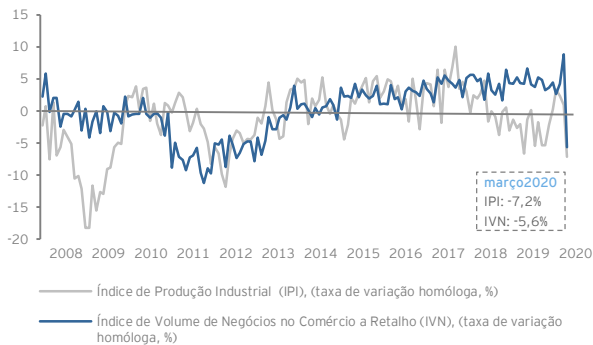
O índice de produção industrial⁸ em Portugal apresentou uma variação homóloga de -7,2%, em março, tendo todos os agrupamentos industriais (bens de consumo, intermédios e de investimento), com exceção da energia, registado taxas de variação homólogas negativas. O segmento dos bens de investimento com uma quebra homóloga de 19,9% foi particularmente afetado em março. Ao nível das secções industriais, destaque para a variação homóloga de -10,5% das Indústrias Transformadoras. O Índice de Volume de Negócios no Comércio a Retalho⁹ contraiu 5,6% em março face ao período homólogo, tendo contudo os produtos alimentares registado um aumento de 9%. Os produtos não alimentares tiveram uma quebra de 16,8% em março, determinando a tendência do índice agregado. A diminuição de 19%¹⁰ do consumo de energia em Portugal é o reflexo da quebra dos níveis de atividade económica.

As restrições impostas têm impactado de forma muito significativa as empresas portuguesas, tendo 81% das

empresas inquiridas pelo INE e pelo BdP¹¹ registado redução do volume de negócios. Apesar das dificuldades 83% admite manter-se em funcionamento e apenas 1% reportou o encerramento definitivo. No final de abril o número de trabalhadores para os quais foi solicitado o regime de *lay-off* ultrapassou os 1,2 milhões (de um total de mais de 99.000 empresas), o que representa cerca de 23% da população ativa portuguesa. O número de desempregados inscritos no IEFP também aumentou de forma significativa em abril, registando-se um aumento de 16% face ao final de março (+ 51.711 pessoas).

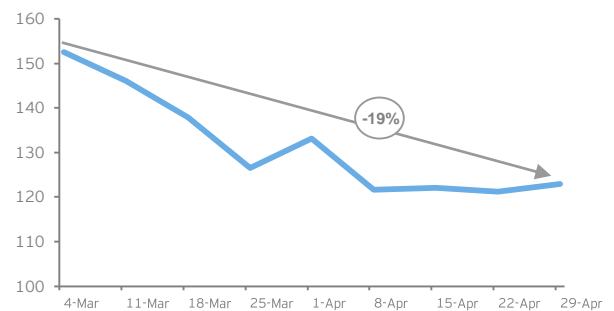
A atual conjuntura levou o indicador de confiança dos consumidores portugueses de abril à maior queda mensal desde o início da série estatística, atingindo o valor mínimo desde maio de 2013. Na atividade empresarial, o pessimismo também é evidente, tendo o indicador de clima económico atingido o valor mínimo da série e sua média móvel retrocedido para valores próximos dos observados no final de 2013.

Índice de Produção Industrial e de Volume de Negócios



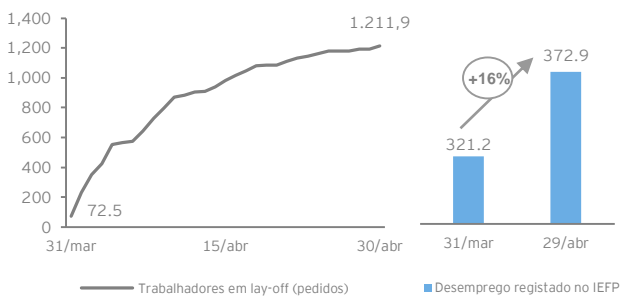
Fonte: EY-Parthenon, com base em Índice de produção industrial e Índices de volume de negócios e emprego, INE. Notas: O IPI e o IVN foram ajustados de efeitos de calendário e da sazonalidade.

Evolução do Consumo Total de Eletricidade (em GWh)



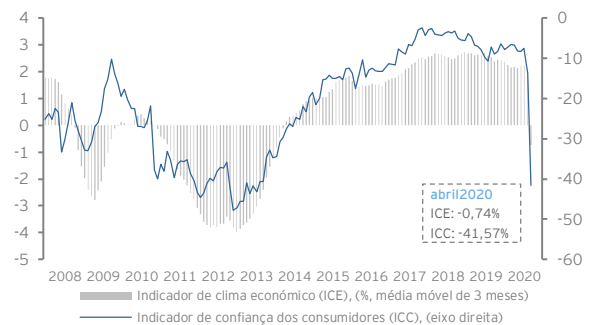
Fonte: EY-Parthenon, com base em Estatísticas Diárias, REN

Evolução do número de pedidos de *lay-off* e de desempregados registados do IEFP (em milhares)



Fonte: EY-Parthenon, com base em Indicadores Covid-19, Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Indicadores de conjuntura



Fonte: EY-Parthenon, com base Inquéritos qualitativos de conjuntura e Inquérito qualitativo de conjuntura aos consumidores, INE

Uma contração muito desigual na produção

O movimento de contração económica está a ser mais severo nas atividades onde o contacto com o público é mais relevante e a capacidade de adaptação mais limitada, tal como a recuperação se perspectiva ser mais lenta. A redução do volume de negócios variou entre 30% nas atividades de construção e 73% nas atividades de alojamento e restauração

Forte assimetria na evolução das atividades económicas

O impacto da crise provocada pela pandemia da COVID-19 está a sentir-se de forma muito heterogénea nas várias atividades económicas.

Considerando a informação do último inquérito excecional às empresas do INE/BdP, estimamos que a quebra média no volume de negócios das empresas tenha rondado os 42%. Trata-se de um valor próximo do registado nas duas semanas anteriores, altura em que se iniciou este levantamento.

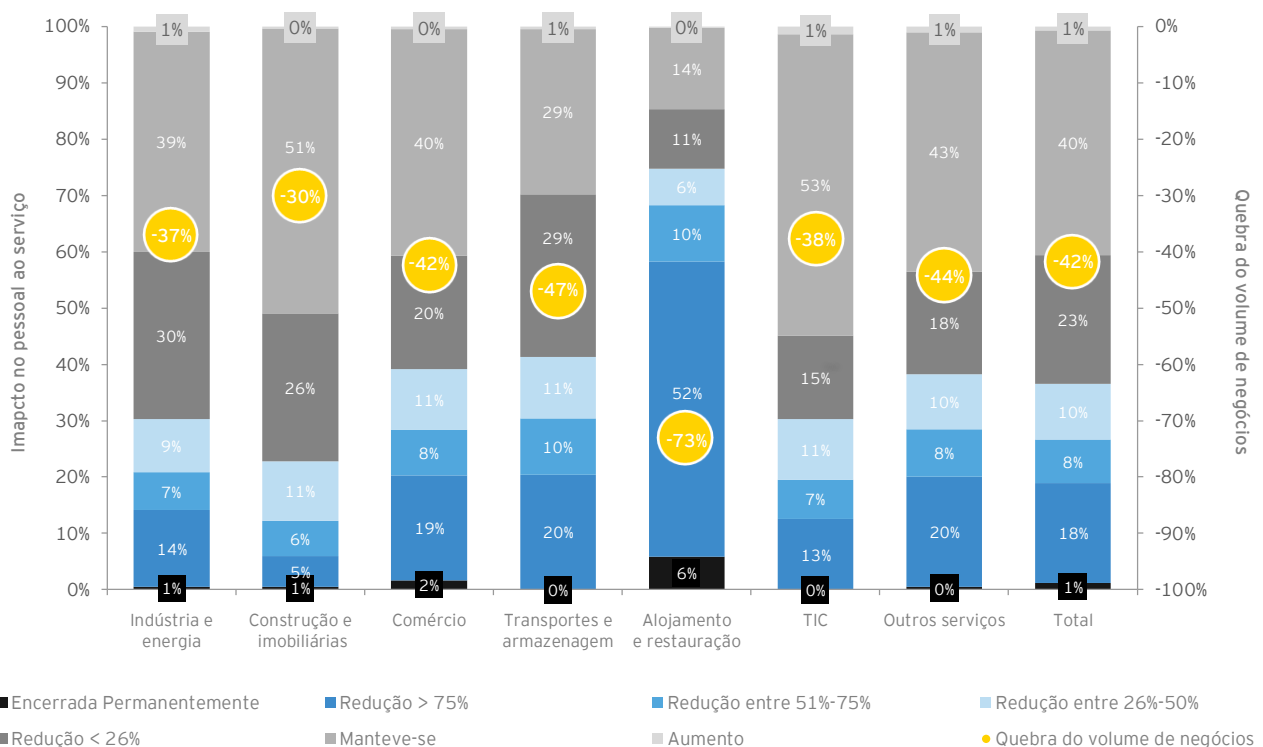
A quebra do volume de negócios apresenta forte dispersão setorial, das atividades da construção e imobiliário com quebras na ordem dos 30%, às atividades de alojamento e restauração com -73%, no outro extremo. As TIC e a indústria e energia terão registado quebras inferiores a 40%, beneficiando de uma maior adaptabilidade das operações (e.g. têxtil, bebidas, química) e na adoção de processos de teletrabalho.

As atividades de alojamento e restauração estão a ser, de longe, as mais afetadas, dadas as limitações de circulação e atendimento ao público ditadas pelo confinamento. Apenas 6% das empresas ligadas a estas atividades encerrou permanentemente, mas mais de metade reduziu acima de 75% o pessoal ao serviço.

A situação das atividades ligadas aos transportes e armazenagem é intermédia, dada a compensação do aumento da procura das entregas de bens e serviços ao domicílio na redução da procura decorrente da paralisação de outras atividades económicas.

O comércio apresenta uma situação semelhante, caracterizada por uma grande heterogeneidade de impactos nas várias atividades que o compõem: enquanto o retalho alimentar terá tido quebras menos significativas, o comércio especializado de moda e o comércio não alimentar praticamente paralisaram.

Redução da atividade dos setores e do pessoal ao serviço durante o confinamento



Fonte: EY-Parthenon com base em Inquérito Rápido e Excecional às Empresas - COVID-19 (semana 20 a 24 de abril de 2020), INE e Banco de Portugal

O “lockdown”, nas suas várias formas, ganhou uma expressão muito significativa em Portugal

A paralisação das atividades económicas e o processo de confinamento “atirou” para o *lay-off* um número elevado de trabalhadores e levou a confiança dos empresários para mínimos históricos.

A redução da atividade económica tem como principal razão a quebra da procura, como mostra a relação positiva entre a quebra do volume de negócios e o peso das empresas em que a ausência de encomendas teve um impacto muito significativo na atividade.

Os resultados do inquérito às empresas do INE/BdP não permitem, contudo, encontrar uma relação entre a quebra da atividade e o grau de adaptação dos processos produtivos das empresas. Na verdade, é interessante observar que as atividades da indústria e energia apresentam um menor grau de adaptabilidade durante a presente crise. Não será alheia a esta realidade a perturbação ocorrida nas cadeias de valor globais com a pandemia e os seus impactos específicos nas cadeias de abastecimento das empresas industriais.

A resposta das empresas à redução da atividade depende fortemente da intensidade dos choques que estão a sofrer e da maior ou menor relevância do fator trabalho que integram.

Em resultado, as atividades de alojamento e restauração, dos transportes e armazenagem e da indústria transformadora, são as atividades que apresentam taxas mais elevadas de *lay-off*.

Contudo, os impactos provocados pela COVID-19 na economia são mais complexos, com formas e intensidades muito distintas entre atividades específicas.

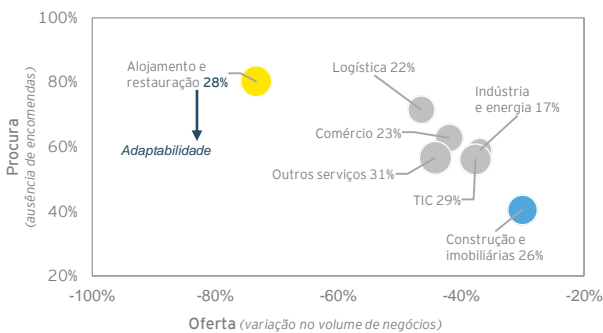
No comércio, por exemplo, os segmentos de “comércio online”, de “bens alimentares” e de “produtos de saúde” apresentam um índice do volume de negócios elevado, exibindo quebras muito ligeiras em março. Ao contrário, o comércio especializado, nomeadamente o comércio de produtos têxteis, de vestuário e de calçado (isto é, o comércio de produtos de moda) evidencia quebras muito fortes, com implicações potenciais de curto, médio e longo prazo muito fortes.

Considerando o quadro reportado, o resultado do confinamento está a afetar de forma muito intensa a confiança dos empresários, perspetivando-se consequências significativas em matéria de investimento empresarial futuro.

Com efeito, no último inquérito de conjuntura do INE foram batidos vários mínimos nos indicadores de confiança das várias atividades, designadamente nas atividades ligadas aos serviços. A visão para o futuro próximo também não é animadora: as expectativas dos empresários para os próximos 3 meses evidenciam uma enorme incerteza em relação ao processo de desconfinamento.

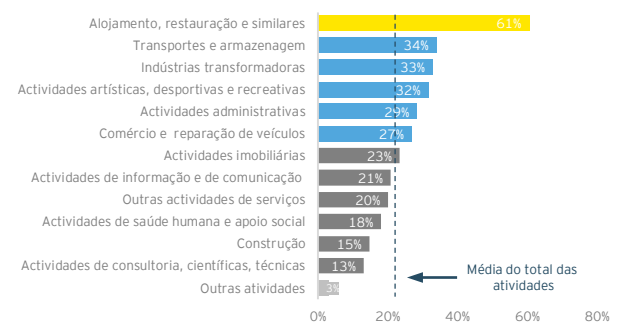
O processo de desconfinamento ainda é uma incógnita que carece de um suporte amplo do poder político e cujo sucesso dependerá da reconstrução da confiança entre agentes económicos.

Determinantes da redução de atividade no confinamento



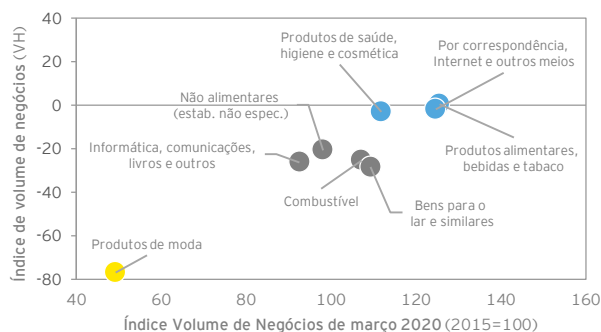
Nota: Adaptabilidade: empresas com modificação da produção - dimensão bolas
 Fonte: EY-Parthenon com base em informação do INE, Banco de Portugal, GEP MTSSS

Intensidade setorial do lay-off



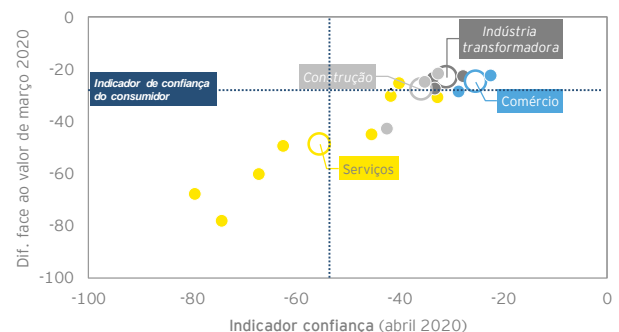
Nota: a taxa de *lay-off* simplificado é calculado pelo número de trabalhadores abrangidos pela medida sobre o número total de trabalhadores do setor.
 Fonte: EY-Parthenon com base em Monitorização COVID-19, MTSSS e Contas Nacionais e Estimativas do Emprego, INE

Volume de negócios no comercio



Fonte: EY-Parthenon com base em Índices do Comércio a Retalho (março 2020), INE

Confiança dos vários setores para o futuro próximo



Fonte: EY-Parthenon com base em Inquérito de Conjuntura às Empresas e Consumidores (abril 2020), INE

A depuração num consumo em quebra

Os efeitos económicos da COVID-19 alteraram de forma profunda os padrões de consumo em Portugal, pelo menos temporariamente. São notórias as mudanças por tipologia de consumidores (sobretudo com a fuga em massa da procura turística externa), por regiões do país (designadamente nas cidades mais cosmopolitas) e por classes de bens e serviços.

Os dados sobre pagamentos eletrónicos constituem um bom indicador da evolução do consumo. Como seria de esperar, estes revelam, neste período uma reação fortíssima dos consumidores residentes e não residentes.

Com efeito, fruto do confinamento e do encerramento parcial das fronteiras terrestres e aéreas, o mês de março de 2020 evidenciou uma quebra homóloga em Portugal de -15% no valor das operações de pagamento eletrónico e de -17% no valor das operações em numerário (levantamentos em ATM), isto no cômputo dos dados do último semestre.

Neste quadro global, foi notória a diferença na quebra entre cartões nacionais e estrangeiros (30,5p.p.) e entre cartões de débito e cartões de crédito (19,7p.p.).

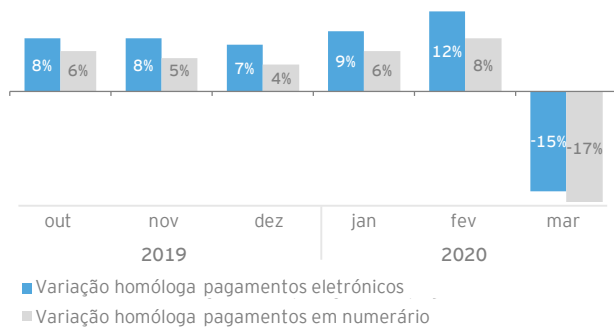
As assimetrias foram igualmente importantes. Nas operações em numerário, sobressaíram as quebras no valor das transações nos distritos de Lisboa (-22%) e de Coimbra (-20%).

Nas operações de pagamento eletrónico, foi igualmente o distrito de Lisboa que registou a maior contração (-22%), seguindo-se depois os outros dois distritos mais cosmopolitas do país: Porto (-19%) e Faro (-17%).

Em contrapartida, distritos como Portalegre e Santarém, foram muito menos afetados em ambos os tipos de operações, dado o peso mais reduzido que exibem em serviços muito mobilizados por procura externa (e.g. *city breaks*, ensino superior).

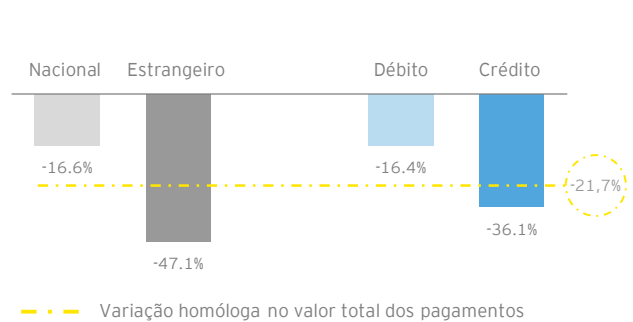
A exposição regional à crise explica-se largamente pela retração do turismo e da mobilidade internacional de pessoas, evidenciada pela redução do peso e do número das transações efetuadas por cartões estrangeiros, mais notória nos distritos de maior frequência turística, como Lisboa, Porto e Faro. Lisboa registou uma redução do valor das transações por cartões estrangeiros de 53% (variação homóloga março de 2020/19).

Varição homóloga do valor das transações por pagamentos eletrónicos e em numerário do último semestre



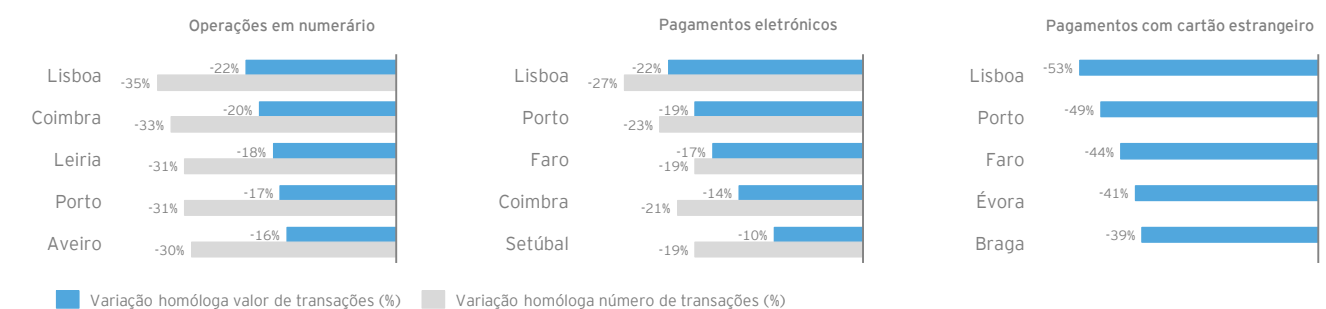
Fonte: EY-Parthenon com base em dados de SIBS Analytic (2020)
Nota: pagamentos efetuados com cartões e utilização das ATM's

Varição homóloga no valor dos pagamentos eletrónicos | março 2020



Fonte: EY-Parthenon com base em dados de The Consumer Intelligence Lab (2020)

Quebras nas operações em numerário, pagamentos eletrónicos e no valor das transações efetuadas com cartões estrangeiros no total de pagamentos (top 5 distritos, variação homóloga março 2020/19)



Fonte: EY-Parthenon com base em dados de SIBS Analytic (operações em numerário e pagamentos eletrónicos) e de The Consumer Intelligence Lab (transações efetuadas com cartões estrangeiros) (2020)
Nota: as operações em numerário e os pagamentos eletrónicos referem-se a pagamentos efetuados com cartões e utilização das ATM's

As assimetrias na variação homóloga no valor das transações entre março de 2020 e março de 2019 é igualmente notória ao nível do consumo desagregado por tipo de bens e serviços, onde se registaram oscilações superiores a 60% em termos de valor de transações de operações por pagamentos eletrónicos.

Num mês em que o valor das operações de pagamentos eletrónicos de mercearias, mini mercados e comércio tradicional cresceu 61% e 52%, respetivamente face ao período homólogo, mostrou-se evidente uma clara procura por “soluções de proximidade”. Com efeito, neste período, os estabelecimentos de produtos alimentares que mais se destacaram pelo aumento da procura foram os talhos (130 p.p. acima da média da variação homóloga nas lojas), seguido das lojas de produtos dietéticos e dos supermercados e hipermercados (47,7p.p. e 46,5p.p., respetivamente).

A este nível, destaca-se também o facto dos supermercados e hipermercados terem registado uma variação homóloga de 24% nos valores de transação, apesar da variação homóloga no número de transações no mesmo período ter diminuído 5%. Esta realidade, que traduz o início do confinamento, é largamente explicada por comportamentos de compra centrados em “bens essenciais” bastante heterogéneos: compras de maior volume, mas com menos frequência. Neste contexto, consta-se uma preocupação acrescida entre os portugueses com a saúde e a acumulação excessiva de produtos alimentares por razões de precaução face às incertezas do futuro.

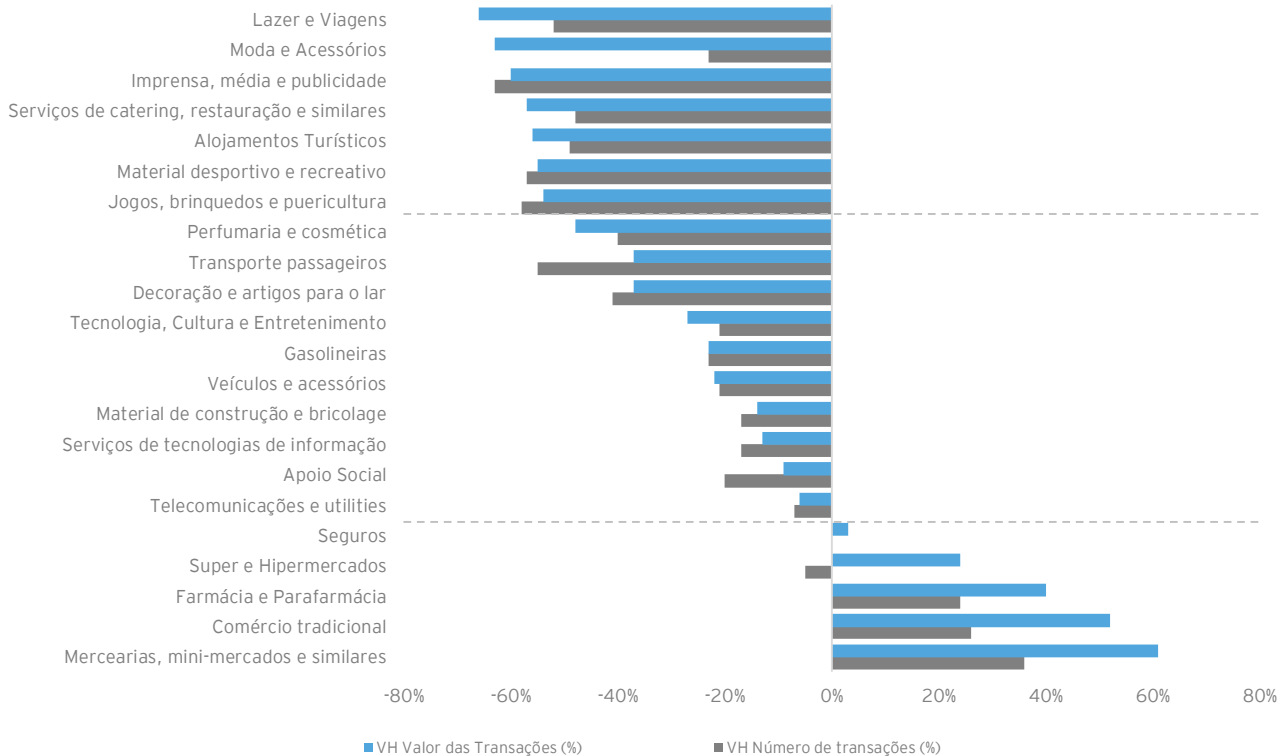
Em contrapartida, o consumo associado a serviços de

telecomunicações, de *utilities* e de tecnologia de informação não foram particularmente afetados pelo confinamento, dadas as necessidades associadas à vida quotidiana das famílias e ao acesso às redes e canais de informação. Não obstante, as quebras neste tipo de serviços chegaram, em alguns casos, a 21,2 p.p relativamente à média da variação homóloga nos pagamentos feitos em loja através de cartões de débito e crédito.

Por sua vez, os efeitos mais negativos da crise económica derivada da COVID-19 em Portugal, com quebras superiores a 50% no valor das transações eletrónicas, manifestaram-se na maioria dos outros bens e serviços, assumindo claramente maior expressividade nos serviços de lazer e de viagens, nos produtos de moda e acessórios, na imprensa, nos média e publicidade e nos serviços de *catering*, restauração e similares, onde a retração das transações chegou a quase 70p.p em algumas tipologias.

Com efeito, no mês de março de 2020, os estabelecimentos ligados ao comércio de produtos de moda, como prontos-a-vestir, lojas de venda de malas e artigos de pele, sapatarias ou ourivesarias, registaram uma quebra muitíssimo expressiva em termos homólogos nos pagamentos feitos com cartões de débito e crédito (até -67p.p relativamente à média). Em resultado do encerramento da atividade comercial física, muitos destes estabelecimentos viram-se obrigados a adaptar abruptamente o seu canal prioritário de venda (passando para o online) para conseguir manter alguma atividade.

Transações efetuadas através de pagamento eletrónico (Variação homóloga, março 2020 - março 2019)



Fonte: EY-Parthenon com base em dados de SIBS Analytic (2020)

Assimetrias territoriais nas crises sanitária e económica

Os efeitos da crise da COVID-19 têm-se manifestado de forma assimétrica no território nacional. Enquanto a crise sanitária evidencia maior gravidade na região Norte, é no Alentejo e no Algarve que encontramos maior exposição aos seus reflexos socioeconómicos, traduzidos no agravamento do desemprego.

As assimetrias territoriais do impacto da crise da COVID-19 podem ser analisadas em duas vertentes: por um lado, pelo alastramento do vírus no território e crise sanitária que lhe está implícita; por outro lado, pela repercussão do seu impacto às esferas social e económica, que já se fizeram refletir em aumentos do desemprego, na implementação de soluções de *lay-off* temporário, e na alteração dos padrões do consumo. Antecipa-se, assim, a existência de regiões mais e menos vulneráveis aos efeitos socioeconómicos desta crise.

Uma crise sanitária que se propagou mais no Norte

Na perspetiva da propagação do vírus, a região Norte tem sido a mais afetada. A esta região pertencem quatro das cinco NUTS III com maior número de infetados por habitante, sendo a Área Metropolitana do Porto a que regista maior número nacional de casos (7.854). Em termos concelhios, destaque para a maior incidência relativa da crise sanitária (em relação à população total

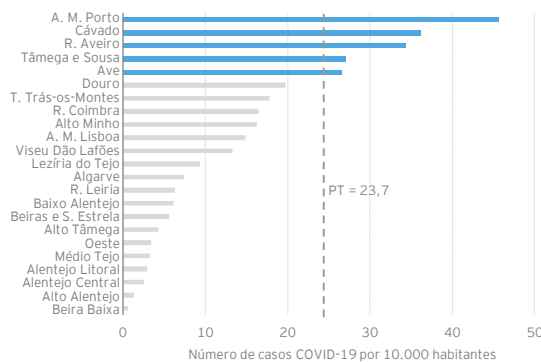
do concelho) nos concelhos de Vila Nova de Foz Côa, Ovar, Castro Daire, Valongo e Resende.

Uma crise socioeconómica mais manifesta no litoral

Na perspetiva do impacto socioeconómico da pandemia, os maiores aumentos do desemprego ocorrem em várias NUTS III do Alentejo e na região do Algarve, registando-se nesta última região um aumento de 41,4% face ao desemprego homólogo (março 2020 vs março 2019). Nas regiões do Centro e do Norte observa-se o não agravamento do desemprego homólogo. A solução de *lay-off* temporário tem sido utilizada com maior intensidade por parte das entidades empregadoras na região Norte, e parece ter contribuído até ao momento para a sustentação de postos de trabalho.

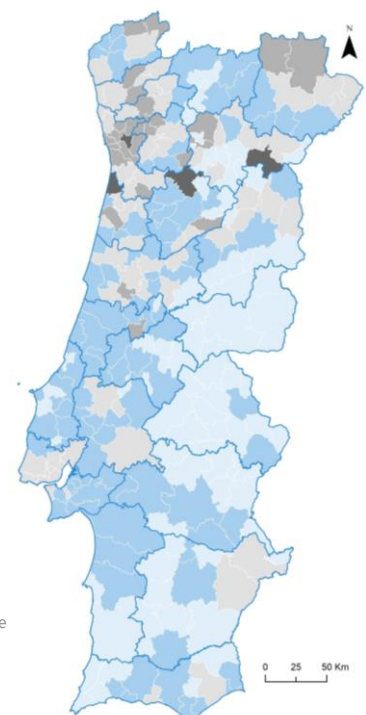
Destaca-se a incidência conjugada dos reflexos mais fortes da crise socioeconómica (desemprego e *lay-off*) em algumas NUTS III litorais, como seja o Algarve, o Alentejo Litoral, o Ave ou a Região de Leiria.

Incidência regional do número de casos COVID-19 (NUTS III)



Fonte: Direção Geral de Saúde (DGS); INE - Estimativas anuais da população residente

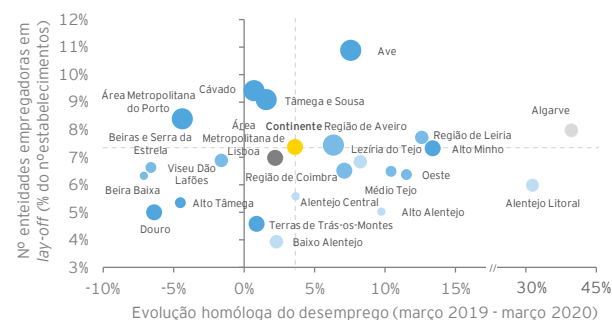
Exposição aos efeitos da crise sanitária da COVID-19



TOP 5 de concelhos com maior número e densidade de infetados:

- | | |
|---------------------|------------------------------|
| Total | Por 10.000 habitantes |
| • Lisboa | • Vila Nova de Foz Côa |
| • Vila Nova de Gaia | • Ovar |
| • Porto | • Castro Daire |
| • Braga | • Valongo |
| • Matosinhos | • Resende |

Incidência territorial da crise socioeconómica



Fonte: GEP-MTSS; Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP); INE - Sistema de contas integradas das empresas; INE - Estimativas anuais da população residente; DGS
Nota: o diâmetro dos pontos indica o número de casos COVID-19 na região por 10.000 habitantes e a estimativa EYP do *lay-off* por NUTS III (pela estrutura regional de estabelecimentos dos distritos)

Fonte: DGS; INE - Estimativas anuais da população residente

A reabertura da economia irá expor as vulnerabilidades das economias locais e nacional, cada vez menos (espera-se) por efeito da crise sanitária e cada vez mais por efeito da crise socioeconómica. A antecipação de medidas que facilitem a retoma da atividade económica coloca interrogações sobre a suscetibilidade dos diferentes territórios aos efeitos da crise económica que se avizinha, em duração e intensidade.

Diferentes intensidades regionais de exposição aos fatores que influenciam a vulnerabilidade à crise

A exposição e vulnerabilidade dos diferentes territórios à crise socioeconómica da COVID-19 é diferenciada, seja porque as manifestações dos primeiros efeitos da crise já evidenciaram diferenças regionais, seja porque é também diferente a intensidade dos principais fatores explicativos da dimensão global da crise nas economias regionais e nacional.

Partindo do pressuposto que, por um lado, territórios com maiores níveis de desemprego e de *lay-off*, estão já mais debilitados, e que, por outro, são mais vulneráveis à crise económica territórios com pesos relevantes de emprego em setores fortemente afetados pelo fecho de fronteiras/quebra no comércio internacional (e.g. indústria transformadora, transportes e armazenagem), e pelo confinamento e distanciamento social e encerramento de estabelecimentos (e.g. alojamento e restauração, atividades culturais, comércio), estabelece-se um *ranking* de vulnerabilidade das NUTS III aos efeitos socioeconómicos da crise pandémica.

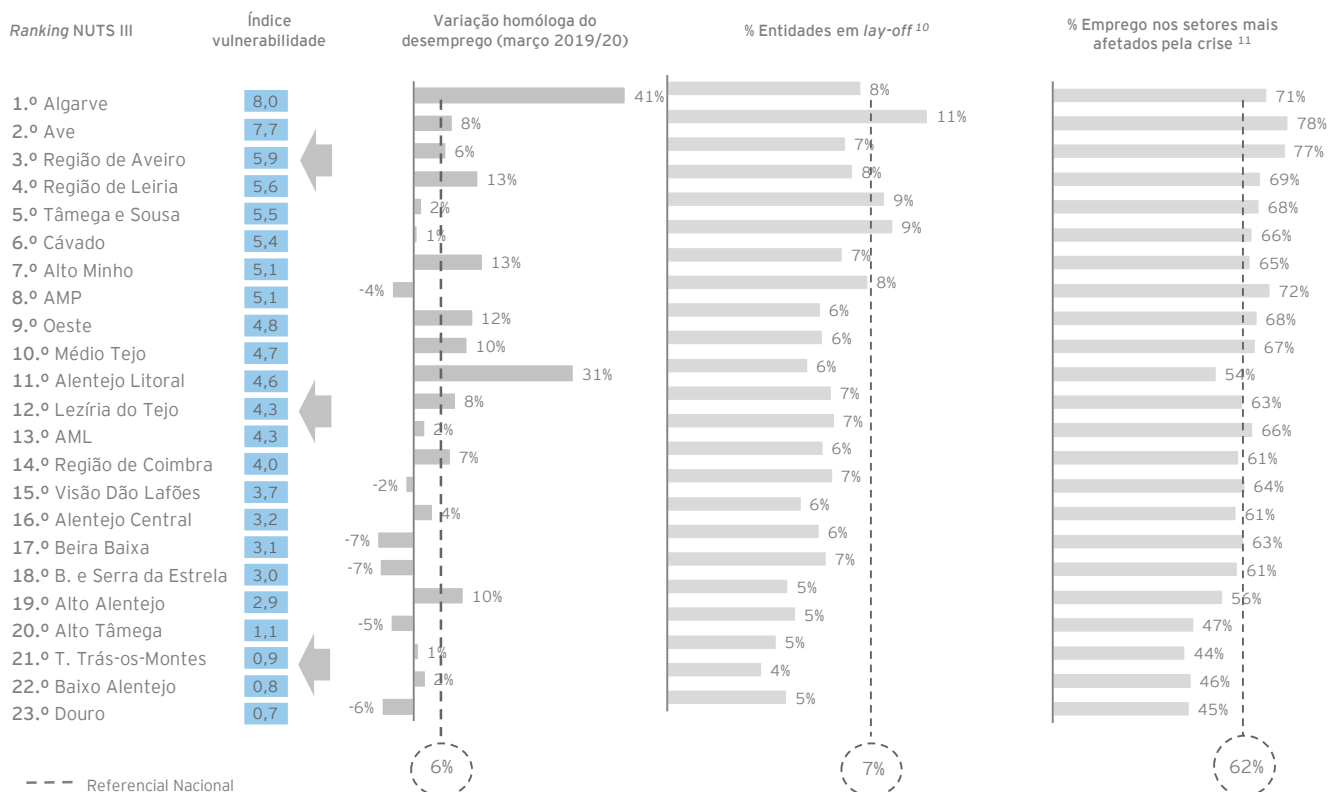
O maior exposição à crise socioeconómica da COVID-19 se encontra em territórios do litoral, com o Algarve, Ave, as Regiões de Aveiro e Leiria e Tâmega e Sousa a apresentarem indícios de maior vulnerabilidade (só a partir do 16.º lugar se posiciona uma região interior, na sua aceção geográfica).

Esta hierarquia da vulnerabilidade potencial das regiões NUTS III aos efeitos económicos da crise da Covid-19 é influenciada pela especificidade de cada região na combinação dos três fatores que contribuem para a exposição ao risco global de contração económica.

No caso da sensibilidade manifestada pelas regiões NUTS III ao aumento do desemprego, o Algarve e o Alentejo Litoral apresentaram as variações homólogas mais elevadas (de 41% e 31%, respetivamente). No entanto, há uma significativa amplitude nas posições destas regiões no índice de vulnerabilidade regional à crise da Covid-19 (Algarve no 1º lugar e Alentejo Litoral no 11º), que é sobretudo influenciada pelo peso do emprego nos setores que têm sido mais afetados pela crise (com quebras mais acentuada de volume de negócios), que no caso do Algarve atinge 71% dos postos de trabalho gerados na região e que no Alentejo Litoral é de 54%.

Com a reativação da economia, a mobilidade será um fator de exposição acrescida para os principais centros de atividades empresariais e industriais. Acresce que a reabertura das fronteiras poderá reacender o risco de exposição externa a uma nova onda de crise sanitária, que em Portugal poderá ter incidência particular nas regiões com maiores fluxos de circulação internacional.

Ranking de vulnerabilidade regional aos efeitos socioeconómicos da crise pandémica (índice composto⁹)



Fonte: EY-Parthenon com base em dados IIEFP (desemprego registado nos Centros de Emprego do IIEFP), MTSS (*lay-off* das entidades empregadoras); INE e Banco de Portugal; GEP (nº de estabelecimentos)

Desafios e respostas

Um caminho de construção das respostas que vai mostrando a necessidade de coordenar múltiplos instrumentos e níveis de ação

A progressiva e gradual desmontagem do confinamento comporta desafios importantes aos quais importa responder, sem precipitações, avançando com segurança quer na mitigação dos impactos da crise económica, quer na estruturação de modelos de negócio e atividade, que sendo, necessariamente, relativamente transitórios, sejam, também, suficientemente portadores de elementos de racionalidade e sustentabilidade.

A conjuntura imediata comporta, neste quadro, uma dimensão microeconómica bastante relevante que exige construir um nível adequado de confiança numa abordagem “*bottom-up*”, suficientemente descentralizada e suficientemente flexível no plano setorial e territorial, que obrigará a construir um grau de colaboração entre setor privado e o setor público, e, mesmo, entre os diferentes níveis de decisão no próprio setor público, bem superior ao tradicionalmente vigente.

A saída do confinamento em Portugal

O presente caderno procura, neste quadro, apresentar um primeiro esforço de sistematização da informação disponível sobre as principais ações em curso em Portugal, nomeadamente ao nível setorial e territorial.

A conjuntura imediata requer, também, a concretização de progressos significativos nas respostas mais globais, construídas em abordagens “*top-down*”, destinadas prioritariamente a mitigar os impactos negativos nas empresas e nas famílias, travando disrupções que debilitariam ainda mais a procura e a oferta, a enfrentar as principais urgências sociais mais associadas ao desemprego e à pobreza e a impedir que a crise económica se venha, também, a transformar numa crise financeira.

A resposta global e europeia

A resposta global à crise económica da COVID-19 encontra-se, como sabemos, em construção. Os diferentes governos adotaram e anunciaram medidas de reação envolvendo os custos económicos e sociais do confinamento interno e internacional, algumas delas com expressão quantitativa muito relevante, nomeadamente para os orçamentos públicos, como as que referem a apoios ao rendimento das famílias, nas situações de desemprego e *lay-off*, e a apoios ao crédito e liquidez das empresas.

A resposta global à crise não dispensa, no entanto, um papel central para a política macroeconómica onde a função do Banco Central Europeu e o alargamento e intensificação dos instrumentos europeus comuns serão decisivos. O ritmo da construção de uma resposta à escala europeia não permitiu, ainda, apesar dos avanços registados, alcançar uma configuração suficientemente completa e detalhada.

Neste caderno apresenta-se uma primeira sistematização dos principais esforços feitos à escala nacional e europeia na construção das respostas mais globais.

A principal conclusão que emerge da análise realizada corresponde, assim, ao reconhecimento da importância do recurso a múltiplos instrumentos mobilizados a diversificados níveis de intervenção para poder lidar com a complexidade aumentada dos mecanismos de transmissão da presente crise económica da COVID-19.

Uma resposta europeia em construção

O BCE e as restantes instituições europeias irão fazer uso dos mecanismos que têm ao seu dispor por forma a dar uma resposta assimétrica, com intensidades distintas, privilegiando tanto os países como as atividades económicas que serão mais afetados e assim continuar a garantir um movimento de convergência económica ascendente e o aprofundamento da integração europeia.

As instituições europeias têm procurado dar uma resposta robusta, coordenada e integrada. O Banco Central Europeu (BCE) reforçou o programa de compra de ativos, tanto do sector público como do sector privado, e pôs em prática um conjunto de medidas que irão garantir que todas as jurisdições beneficiam das políticas monetárias em curso. O Conselho Europeu aprovou um pacote de medidas que tinha sido estabelecido pelo Eurogrupo, no montante que ascende aos 540 mil milhões de euros, mobilizando o Mecanismo Europeu de Estabilidade e o Banco Europeu de Investimento e criando o programa SURE (*Support to mitigate Unemployment Risks*) da Comissão Europeia, um novo instrumento de apoio temporário que visa atenuar os riscos de desemprego numa situação de emergência. Em breve haverá também novidades sobre um Fundo de Recuperação Económica, que poderá ascender aos 1,5 biliões de euros e que estará umbilicalmente ligado ao reforço do Orçamento Comunitário.

BCE: uma resposta crescente, holística e integradora

O BCE anunciou, a 12 de março, um “envelope temporário” de compra de ativos na ordem dos 120 mil milhões de euros até ao final de 2020, onde o foco na aquisição de dívida empresarial aumenta. Este programa acresce à injeção de 20 mil milhões de euros mensais prevista no *Asset Purchase Programme* (APP), iniciada em novembro de 2019. Perante a necessidade de uma resposta ainda mais robusta, a 18 de março é anunciado o *Pandemic Emergency Purchase Programme* (PEPP) que completa os anteriores programas de compra de ativos num valor de 750 mil milhões de euros, isto é, um montante que corresponde a 5,4% do Produto Interno Bruto (PIB) da UE27 em 2019. Assim, considerando o agregado dos três programas em curso, a intervenção do BCE irá superar a barreira do bilião de euros.

Nota explicativa: Intervenção do Banco Central Europeu, compra de dívida pública e financiamento monetário do défice

Quando os governos nacionais emitem dívida pública, com o objetivo de financiar as suas atividades, nem sempre os mercados financeiros absorvem essa mesma dívida ou, quando o fazem, as taxas de juro poderão atingir valores elevados.

Nestas situações o BCE atua através de programas de compra de ativos, adquirindo de forma indireta (mercado secundário) a dívida pública. Não obstante, os países continuam a ter de apresentar essa dívida no seu balanço, tendo na maturidade estipulada que proceder à liquidação.

Nesta condições não ocorre financiamento monetário do défice de moeda (isto é, a criação de moeda para financiar os défices públicos), apenas se verificando acesso a financiamento a melhores condições. Como não há mais moeda em circulação, a via monetária não gera diretamente um incremento dos níveis de inflação.

Caso a dívida não seja liquidada, o Banco Central terá de assumir uma perda no seu balanço, e por forma a não prejudicar a estabilidade dos bancos comerciais (que adquirem a dívida em mercado primário e depois vendem em mercado secundário ao Banco Central), terá de emitir moeda, criando pressões inflacionistas.

Compreende-se assim que os programas de compra de ativos não alteram as obrigações relativas às dívidas soberanas dos países. No entanto, permitem que os governos se financiem a juros mais baixos, diminuindo as restrições orçamentais que enfrentam.



A resposta do BCE à crise provocada pela COVID-19 não se resume à quantidade de ativos que serão adquiridos, mas também a um conjunto de ações que permitem que estes programas sejam mais eficazes. Desde logo existem duas condicionantes no que respeita à compra de dívida dos países da Zona Euro: o volume de compra não pode ultrapassar a contribuição de cada país para o capital próprio do BCE e este não pode ser dono de mais de um terço dos títulos de dívida de um país. A Decisão (EU) 2020/440 do BCE, de 24 de março relativamente ao PEPP, vem garantir que a segunda regra deixa de se aplicar por forma a diminuir os riscos associados à não-transmissão de política monetária a todas as jurisdições da Zona Euro. Esta medida terá especial relevância em países como Portugal e Itália, em que a compra de Dívida Pública tinha ficado aquém do valor correspondente à participação do país no capital próprio do BCE, visto que este já detinha valores próximos de 33% da dívida de longo prazo colocada por estes países. Esta decisão teve como consequência, no dia seguinte à sua comunicação, uma maior contração dos juros da Dívida Pública de países periféricos face às maiores economias da Zona Euro, como a Alemanha. O pacote de medidas em curso abre também a possibilidade à aquisição de títulos com maturidades mais reduzidas, de pelo menos 70 dias, quando anteriormente a maturidade teria de ser sempre superior a um ano. Em suma, o BCE irá fazer uso dos seus mecanismos por forma a dar uma resposta com intensidades distintas, privilegiando tanto os países como as atividades económicas mais afetadas pela crise da COVID-19.

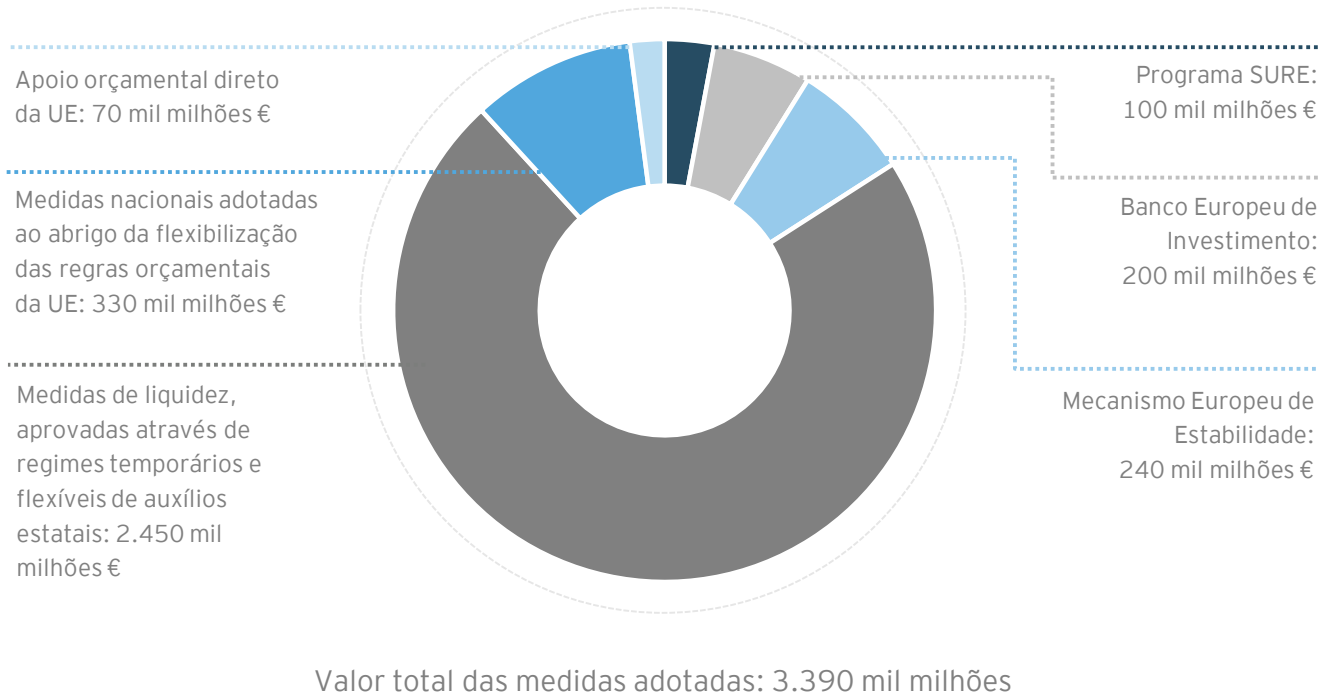
Pacote de apoio aprovado pelo Conselho Europeu: o setor da saúde, Pequenas e Médias Empresas (PME) e o emprego

O Conselho Europeu aprovou o pacote de apoio económico e social de reação à pandemia, proposto pelos Ministros das Finanças do Eurogrupo, no valor de 540 mil milhões de euros, que deverá estar disponível até dia 1 de junho. Entre as medidas aprovadas está a linha de crédito do Mecanismo Europeu de Estabilidade, no valor de 240 mil milhões de euros destinando-se, direta ou indiretamente, a “saúde, cura e prevenção” atribuída à pandemia da COVID-19, podendo cada país obter financiamento até 2% do PIB. Para além do Mecanismo Europeu de Estabilidade, o Banco Europeu de Investimento será reforçado em 200 mil milhões de euros, que servirão para apoiar pequenas e médias empresas. A Comissão Europeia também verá a sua capacidade de atuação fortalecida, num montante de 100 mil milhões de euros, através do programa SURE que se destina ao apoio do emprego.

Fundo de Recuperação Europeu e o reforço do Orçamento Comunitário

A Comissão Europeia ficou mandatada de apresentar um Fundo de Recuperação de aproximadamente 1,5 biliões de euros (10,8% do PIB da UE27 em 2019), que estará ligado ao Orçamento Comunitário. Assim, o pacote de reconversão económica fará parte do Quadro Financeiro Plurianual (2021-27), possibilitando a criação de um orçamento europeu robusto para fazer face aos impactos económicos provocados pela pandemia da COVID-19.

A Resposta da União Europeia à crise da COVID-19



Fonte: Comissão Europeia

A saída do confinamento: perfil das respostas setoriais

A recuperação económica será gradual e assimétrica, condicionada pela reativação das atividades comerciais e das cadeias de abastecimento. Não obstante as preocupações em torno das condições sanitárias e do distanciamento social, o plano de desconfinamento variará de atividade para atividade, envolvendo uma série de modificações estruturais na sua operação.

Principais medidas adotadas nas empresas

Higienização e proteção individual	Organização empresarial
<i>Implementação de procedimentos rigorosos e de resposta a testes positivos</i>	<i>Reorganização de processos produtivos visando reduzir o risco de contágio</i>
<ul style="list-style-type: none"> ▶ Caracterização do perfil de risco dos colaboradores ▶ Monitorização de sintomas e procedimentos de testagem ▶ Estabelecimento de uma política específica de quarentena ▶ Disponibilização de equipamento de proteção individual ▶ Comunicação das medidas de contingência e prevenção 	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Identificação de funções suscetíveis de serem praticadas em regime de teletrabalho ▶ Estabelecimento de protocolos específicos para deslocações, sobretudo em transportes públicos ▶ Estabelecimento de normas para participação em reuniões, formações e eventos
Interação externa	Infraestruturas físicas
<i>Limitação do contacto com entidades externas</i>	<i>Remodelação das instalações com o objetivo de reduzir o risco de contágio</i>
<ul style="list-style-type: none"> ▶ Implementação de medidas específicas de atendimento ao público ▶ Reformulação do modelo de contacto com clientes e fornecedores ▶ Introdução de uma política de rastreio a agentes externos ▶ Estabelecimentos de protocolos de limpeza 	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Reconfiguração do espaço, promovendo o distanciamento social dos colaboradores ▶ Introdução de limitações na interação ▶ Disponibilização de equipamento de proteção individual ▶ Estabelecimento de protocolos de limpeza e desinfecção

Fonte: EY-Parthenon, com base em análise de notícias recentes

Na indústria, após o recurso intensivo ao *lay-off* e a férias antecipadas, a saída do confinamento está a determinar mudanças substantivas nos processos produtivos, sobretudo ao nível do “chão de fábrica”, onde os fluxos de atividade estão a ser redesenhados de modo a manter o distanciamento social. Atividades mais resilientes e com encomendas centradas no médio prazo (e.g. bens de capital), não interromperam a sua atividade, limitando-se a introduzir medidas de contingência, mas as suas perspetivas para o futuro são muito sombrias.

Em regra, observa-se uma redução do número de turnos de laboração, um aumento do número de interrupções para desinfecção dos postos de trabalho e ferramentas e a introdução de outras medidas de controlo e monitorização (e.g. EPI, medição de temperatura, testes). Algumas empresas optaram por não reabrir todas as unidades fabris e por manter os seus trabalhadores de risco em casa, em particular as mais próximas de focos de infeção.

A construção e imobiliário praticamente não parou durante o período de confinamento, tendo em certos casos enfrentado alguns constrangimentos no abastecimento de matérias-primas. Reforçou-se a segurança e higienização nas obras em curso. As atividades imobiliárias foram o elo que registou maiores impedimentos, sendo apenas possível visitar os imóveis pelos canais digitais. Por seu turno, o comércio encontra-se a reforçar as condições sanitárias dos seus espaços físicos, mas assiste a uma migração significativa dos consumidores para os canais digitais, no seguimento dos hábitos adquiridos em confinamento.

A saída do confinamento do comércio local de rua será marcado essencialmente pela introdução de novas regras sanitárias. O comércio orientado para o canal HORECA tem procurado saídas para a crise económica através da reinvenção do seu modelo de negócio para venda ao público e da reformulação da sua oferta.

Por sua vez, os transportes e armazenagem, para além das medidas de etiqueta sanitária, está a retomar a atividade com limitações na capacidade de oferta, resultando numa utilização mais intensiva do capital circulante para fazer face à procura. Na aviação, tremendamente castigada pela pandemia, estima-se que entre 40% a 50% da atividade seja retomada entre julho e agosto, ainda que com várias restrições.

No alojamento e restauração antecipa-se uma saída do confinamento marcado por restrições de capacidade e reforço da segurança sanitária. Está em curso um processo pioneiro de certificação sanitária estimulado pelo Turismo de Portugal, bem como a adoção de práticas que promovam o distanciamento social (e.g. *check-in* digital, *room service*). Antevê-se que o processo de retoma acelere em força com o alívio nas restrições aéreas.

Nas TIC, as medidas de confinamento não se repercutiram significativamente no volume de atividade, dada a maior propensão para o teletrabalho. O plano de saída do confinamento passa essencialmente pelo reforço da segurança sanitária dos escritórios e pela manutenção do regime de teletrabalho, tendência esta que marcará o futuro das suas principais atividades.

A saída do confinamento: perfil das respostas municipais

Desde o início da pandemia os municípios portugueses implementaram iniciativas de mitigação dos seus impactos nas famílias, nas empresas e nas instituições. Medidas semelhantes entre si, com traços distintivos pontuais. O poder local interroga-se, agora, sobre qual a combinação de respostas a aplicar no médio-prazo, face aos impactos assimétricos que se esperam nos diversos territórios.

Principais medidas adotadas pelos municípios

Medidas implementadas pelos municípios na resposta aos efeitos da Pandemia ↑ + Intensas + Transversais ↓ - Intensas - Transversais	Taxas municipais		Emergência social	
	Suspensão do pagamento de taxas municipais, prorrogação de prazos de pagamento e isenções (água, resíduos, parquímetro)		Apoio alimentar e psicológico, fundos de emergência social, voluntariado e apoio a grupos de risco (sêniors, sem-abrigo)	
	Apoios às empresas, emprego e atividade económica	Apoios às IPSS e associativismo	Condicionamento do acesso a serviços e infraestruturas	
	Consumo de produtos locais, fundos de emergência, diminuição de prazos de pagamento e gabinetes de apoio	Reforço dos apoios financeiros, disponibilização de EPI e testes COVID-19	Encerramento de serviços, atendimento à distância, teletrabalho e verbas para as Juntas de Freguesia	
	Proteção Civil e respostas de emergência COVID-19	Educação, cultura e juventude	Rendas/ concessões - habitação espaços municipais	
	Centros de teste, centros de acolhimento, unidades de isolamento e todas as respostas de emergência	Cultura e desporto online, meios de ensino à distância e bibliotecas ao domicílio	Isenção ou suspensão do pagamento de rendas de habitação, concessões ou espaços municipais	
Plataformas digitais		Saúde Pública		
Organização de plataformas digitais que agregam informação (comércio local aberto, serviços municipais e incentivos à aquisição na economia local)		Limpeza e desinfeção do espaço público e criação de condições de higienização de serviços públicos (dispensadores de gel desinfetante, higienização de viaturas)		

Fonte: EY-Parthenon, com base numa amostra das medidas implementadas por município.

Primeiras respostas: reativas e rápidas

Os municípios atuaram reativamente face aos primeiros efeitos da pandemia em Portugal. As prioridades visaram dar respostas imediatas à perceção destes efeitos nos respetivos territórios, como seja a dimensão sanitária da crise e os sinais evidentes da quebra de rendimento.

As medidas implementadas foram relativamente transversais no território, embora a sua intensidade revele algumas diferenças. As medidas de aplicação mais generalizada pelos municípios procuraram ter efeito rápido: reduziram-se taxas municipais e criaram-se medidas de emergência social, para desonerar os cidadãos e intervir depressa na compensação das perdas de rendimento associadas aos *lay-offs* e ao desemprego.

Municípios com menos habitantes e menor número de casos tendem, perfeitamente, a mobilizar menos medidas, apesar de também estas incidirem na resposta rápida à compensação pela perda de rendimento. As empresas encontraram também veículos de apoio local, embora financeiramente menos imediatos do que as opções do Governo central. Os municípios procuraram trabalhar com os empresários no estímulo às economias locais. A sociedade civil teve também um papel ativo na resposta de emergência e na supressão de carências, multiplicando-se as intervenções rápida bem-sucedidas.

A nível supramunicipal apresentaram-se respostas relevantes com maior escala, com exemplos nas centrais de compras, nos centros de teste intermunicipais ou nas linhas de apoio empresarial.

Estimar e avaliar: respostas que exigem medir efeitos

Estruturadas as primeiras medidas, surge em paralelo a preocupação com o contributo possível da atuação local e supramunicipal para a retoma da atividade económica, sabendo-se que há ainda pouco conhecimento sobre a dimensão potencial dos impactos de médio prazo nos territórios. Grupos de trabalho e conselhos estratégicos têm sido mobilizados com o mesmo efeito: dimensionar o impacto potencial da crise, identificar problemas comuns e estruturar respostas adequadas à realidade local.

Como dimensionar os diversos efeitos esperados da crise é uma nota comum ao discurso de diversos autarcas, quer à escala das contas das autarquias e das suas estratégias de desenvolvimento, quer à escala da dimensão social e económica das famílias e empresas.

Fazem-se estimativas sobre o impacto direto e imediato da diminuição da receita (isenções de taxas) e sobre os impactos indiretos e postecipados noutras receitas municipais derivados da desaceleração económica (IMI, derrama). Fazem-se contas sobre os custos das medidas de emergência e resposta à pandemia, e a sua influência nas estratégias que os municípios e as CIM estão a delinear para 2030. Estimar os efeitos esperados na economia real local e na sociedade é agora fundamental.

Colocam-se diversos desafios ao poder local e à sua agenda política. Impõe-se identificar estratégias adequadas aos territórios, que permitam responder às exigências de curto-prazo da economia e da sociedade local, em coerência com o médio-longo prazo.

Notas

Este número do caderno de notas “A crise económica da COVID -19” foi elaborado com base na informação disponível até 7 de maio de 2020.

1. Previsões de primavera, divulgadas a 6 de maio.
2. *Bureau of Economic Analysis*, U.S. Department of Commerce.
3. Face ao trimestre anterior.
4. O Índice de Gestores de Compras (*Purchasing Managers' Index*) fornece indicações relativas às tendências económicas predominantes. Este indicador resulta de um questionário realizado a gestores de compras de empresas sobre um conjunto de indicadores que procuram aferir o nível de atividade da indústria. Um valor superior a 50 no índice indica expansão da atividade, abaixo de 50 contração e igual a 50 neutralidades
5. A série começou em julho de 1998 para a Zona Euro, em 1998 (mês não especificado) para a Alemanha, em maio de 1998 para a França, em julho de 1996 para o Reino Unido e em outubro de 2009 para os EUA
6. A série começou em janeiro de 1992 para o Reino Unido e em 1998 (mês não especificado) para França
7. Apresentam-se os resultados preliminares do Eurostat de acordo com a informação divulgada até 04/05/2020
8. O Índice de Produção Industrial do INE, obtido a partir do Inquérito Mensal à Produção Industrial, procura medir as variações do volume da produção de empresas sediadas em Portugal
9. Os Índices de Volume de Negócios, Emprego, Remunerações e Horas Trabalhadas no Comércio a Retalho do INE, obtidos a partir do Inquérito Mensal ao Volume de Negócios e Emprego no Comércio a Retalho procuram mostrar a evolução do mercado de bens e serviços neste setor em Portugal
10. Taxa de variação do consumo de energia total (em GWh) entre 04/03/2020 e 29/04/2020
11. INE, BdP - Inquérito Rápido e Excepcional às Empresas (semana 20-24 abril)
12. Índice composto pondera três dimensões de impacto da crise (variação homóloga do desemprego, entidades empregados em regime de *lay-off* temporário e peso de emprego nos setores mais afetados pela crise)
13. *Lay-off* refere-se às entidades empregadoras em regime de *lay-off temporário* (% nos estabelecimentos)
14. Valores em % dos postos de trabalho em 2018. Os setores mais afetados são selecionados a partir do Inquérito Rápido e Excepcional às Empresas - COVID-19 do INE: Alojamento, restauração e similares; Transportes e armazenagem; Indústrias transformadoras; Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas; Atividades administrativas e dos serviços de apoio; Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos; Atividades imobiliárias
15. Análise baseada num levantamento da informação disponível nos *sites* de 55 municípios do Continente (20%). Obedecendo a critérios de representação territorial (NUTS III) e dimensão populacional (concelhos)

Principais fontes e referências

- Macroeconomic Effects of Lockdown Policies.*
- Banco Central Europeu. 2020. *Résultats de l'enquête d'avril 2020 sur la distribution du crédit bancaire dans la zone euro.*
- Banco de Portugal. 2020. *Boletim Económico Maio 2020: A Economia Portuguesa em 2019.*
- Banco de Portugal. 2020. *COVID-19. Pandemia conduz a redução sem precedentes nos pagamentos.*
- Borrel, Joseph. 2020. *Covid-19: le monde d'après est déjà là...*
- Caracciolo, G., Cingano, F., Ercolani, V., Ferrero, G., Hassan, F., Papetti, A. e Tommasino, P. 2020. *Covid-19 and Economic Analysis: a Review of the Debate.*
- Centre for Economic Policy Research. 2020. *Covid Economics: Vetted and Real-time Papers.*
- CEPREDE. 2020. *La extensión de las medidas agudiza el impacto económico del COVID-19.*
- Clemens, Marius; Hanisch, Max; Junker, Simon; Kholodilin, Konstantin; Michelsen, Claus e Schlaak, Thore. 2020. *Coronavirus Plunges the German Economy into Recession.*
- Comissão Europeia. 2020. *Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões. Resposta à crise do coronavírus: Utilizar cada euro disponível, de todas as formas possíveis, para salvar vidas e garantir meios de subsistência.*
- Comissão Europeia. 2020. *European Economic Forecast Spring 2020.*
- Comissão Europeia e Conselho Europeu. 2020. *Roteiro para a Recuperação: Rumo a uma Europa mais resiliente, mais sustentável e mais justa.*
- La Lettre du CEPIL. 2020. *La vulnérabilité du capitalisme financiarisé face au coronavirus.*
- Organização Internacional do Trabalho. 2020. *ILO Monitor: COVID-19 and the world of work, Third edition - Updated estimates and analysis.*
- Passet, Olivier. 2020. *Covid-19: la contagion sectorielle de l'économie réelle - L'ampleur du choc, les limites du rebond.*
- Social Europe: Politics, Economy and Employment & Labour. 2020. *Extending loans and providing equity: the EIB and national development banks must act now.*
- The World Bank. 2020. *A Shock Like No Other: Coronavirus Rattles Commodity Markets.*
- The World Bank. 2020. *World Bank Predicts Sharpest Decline of Remittances in Recent History.*
- UNCTAD. 2020. *From the Great Lockdown to the Great Meltdown: Developing Country Debt in the Time of Covid-19.*
- UNCTAD. 2020. *Investment Policy Responses to the Covid-19 Pandemic.*
- World Economic Forum. 2020. *Managing COVID-19: How the pandemic disrupts global value chains.*

EY-Parthenon Portugal Leader



Florbela Lima
Strategy Leader
EY-Parthenon
florbela.lima@pt.ey.com

Direção científica e técnica



Augusto Mateus
Strategic Consultant
EY-Parthenon
augusto.mateus@pt.ey.com



Paulo Madruga
Associate Partner
EY-Parthenon
paulo.madruga@pt.ey.com

Coautores



Hermano Rodrigues
Principal
EY-Parthenon
hermano.rodrigues@pt.ey.com



Sandra Primitivo
Principal
EY-Parthenon
sandra.primitivo@pt.ey.com



Vânia Rosa
Principal
EY-Parthenon
vania.rosa@pt.ey.com



Cristina Silva
Manager
EY-Parthenon
cristina.gomes.silva@pt.ey.com



Alexandra Rodrigues
Senior
EY-Parthenon
alexandra.domingues@pt.ey.com



Rui Ferreira
Senior
EY-Parthenon
rui.ferreira@pt.ey.com



Ana Teresa Soares
Associate
EY-Parthenon
ana.teresa.soares@pt.ey.com



Diogo Costa
Associate
EY-Parthenon
diogo.carvalho.costa@pt.ey.com



Margarida Vaz
Associate
EY-Parthenon
margarida.pessoa.vaz@pt.ey.com



Pedro Carvalho
Associate
EY-Parthenon
pedro.rodrigues.carvalho@pt.ey.com



Pedro Oliveira
Associate
EY-Parthenon
pedro.g.oliveira@pt.ey.com



Tiago Marques
Associate
EY-Parthenon
tiago.oliveira.marques@pt.ey.com

EY | Assurance | Tax | Transactions | Advisory

About EY-Parthenon

EY-Parthenon professionals are global leaders in strategy consulting. EY-Parthenon teams are committed to bringing unconventional yet pragmatic thinking together with clients' smarts to deliver actionable strategies for real impact in today's complex business landscape. Innovation has become a necessary ingredient for sustained success. Critical to unlocking opportunities is the EY-Parthenon balance of strengths – specialized experience with broad executional capabilities – to help you optimize your portfolio of business, uncover industry insights to make investment decisions, find effective paths for strategic growth opportunities and make acquisitions more rewarding.

EY-Parthenon methodologies, along with a progressive spirit, can deliver intelligent services for clients, amplify the impact of strategies and make EY-Parthenon consultants the global advisors of choice for business leaders.

About EY

EY is a global leader in assurance, tax, transaction and advisory services. The insights and quality services we deliver help build trust and confidence in the capital markets and in economies the world over. We develop outstanding leaders who team to deliver on our promises to all of our stakeholders. In so doing, we play a critical role in building a better working world for our people, for our clients and for our communities.

EY refers to the global organization, and may refer to one or more, of the member firms of Ernst & Young Global Limited, each of which is a separate legal entity. Ernst & Young Global Limited, a UK company limited by guarantee, does not provide services to clients. Information about how EY collects and uses personal data and a description of the rights individuals have under data protection legislation are available via ey.com/privacy. For more information about our organization, please visit ey.com.

About EY's Transaction Advisory Services

How you manage your capital agenda today will define your competitive position tomorrow. We work with clients to create social and economic value by helping them make better, more-informed decisions about strategically managing capital and transactions in fast-changing markets. Whether you're preserving, optimizing, raising or investing capital, EY's Transaction Advisory Services combine a set of skills, insight and experience to deliver focused advice. We can help you drive competitive advantage and increased returns through improved decisions across all aspects of your capital agenda.

© 2020 Ernst & Young, S.A.
All Rights Reserved.

parthenon.ey.com
ey.com/pt